



**“Abordagem sistêmica e sustentabilidade:
produção agropecuária, consumo e saúde”.**

06 a 08 de Julho de 2016
Universidade Católica de Pelotas/UCPel
Pelotas - RS

Título: O Fórum de Agricultura Familiar na Região Sul do RS: Agriculturas de base ecológica – Espaços rurais potenciais para o desenvolvimento do turismo rural sustentável no território.

Title: Forum for Family Agriculture of southern RS: potential rural areas for the development of sustainable rural tourism in the territory.

Rosângela Costa Alves, Mestre em Extensão Rural, e-mail:
rosangela.alves@embrapa.br

Marina Costa Alves, Doutoranda em Agronomia na UFPel, e-mail:
mari.bio.alves@gmail.com

Lírio José Reichert, Economista, Doutor em Agronomia, e-mail:
lirio.jose@embrapa.br Embrapa Clima Temperado, Pelotas – RS.

Matheus Merheb, Administrador de empresas, e-mail: matheusmerheb11@hotmail.com

Lúcio André de Oliveira Fernandes, PhD Doutor em Gestão e Política de Desenvolvimento, UFPel, e-mail: lucio.fernandes@edu.ufpel.br

Grupo de Trabalho – GT4 - Abordagem sistêmica aplicada ao desenvolvimento rural sustentável

Resumo

Os agricultores familiares de base ecológica participantes do Fórum de Agricultura Familiar do Território Sul poderão desenvolver atividades não agrícolas com o enfoque no turismo rural, alternativa de renda, na luta contra as desigualdades do campo.

O turismo rural se apresenta como uma alternativa para as famílias, desde que os agricultores estejam conscientes da importância de se trabalhar com o enfoque de

desenvolvimento sustentável e agreguem valor aos seus produtos. Estes espaços rurais são potenciais para o desenvolvimento do turismo sustentável no Território.

Abstract

Family farmers ecological basis participants of the Southern Territory Family Farming Forum will develop non-agricultural activities with a focus on rural tourism, alternative income, the fight against inequalities field.

Rural tourism is presented as an alternative for families, since farmers are aware of the importance of working with the focus on sustainable development and add value to their products. These rural areas are potential for the development of sustainable tourism in the Territory.

Relato de Experiência

Introdução

As profundas mudanças ocorridas na agricultura nas décadas de 40 e 50 trouxeram várias conseqüências sócio econômicas e ambientais para os agricultores. No *aspecto econômico*, ocorreu um aumento da produção e da produtividade e o uso de bens e capital, como máquinas, adubos sintéticos e agrotóxicos foram intensificados. No *aspecto social*, destaca-se o êxodo rural, o surgimento de categorias sociais agrícolas bem definidas: o empresário rural, o agricultor familiar capitalizado, o agricultor familiar descapitalizado e em processo de exclusão, meeiros, parceiros e sem-terra. Essas mudanças ocorreram no *plano ambiental*, pois o modelo tecnológico da modernização acelerou a destruição de importantes ecossistemas como o cerrado, o pantanal, a mata atlântica e ultimamente vem avançando sobre a região amazônica e o bioma pampa.

A tal modernização da agricultura, facilitou para alguns agricultores com o farto acesso ao crédito e para aqueles que não conseguiram se modernizar, ou seja, tornaram-se empobrecidos e ameaçados de êxodo no meio rural. Aquele contingente que resistiu a modernização, dedicaram-se a produzir alimentos voltados para a subsistência, pois tinham pouca terra e vendiam os excedentes. Estes agricultores consideravam como seu maior patrimônio a mão de obra familiar e buscaram a garantia da sua sobrevivência e reprodução, perseguindo seu maior objetivo a qualidade de vida e a dignidade para si e

para a sua família, através da inserção qualificada nos circuitos do mercado e renda, buscando alternativas para manter-se na propriedade.

Neste contexto, a partir dos anos 70, os movimentos sociais passam a exigir políticas de desenvolvimento rural sustentável que incorporem forte significado ambiental. Nesse período, o desenvolvimento sustentável passou a ser um conceito normativo que surgiu com o nome de ecodesenvolvimento no início da década. Já em 1972, na primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (realizada em Estocolmo), a qual deu origem ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA. Ocorreu pela primeira vez a nível mundial, a preocupação dos países com as questões ambientais globais.

Em 1987, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), adotou o conceito de Desenvolvimento Sustentável em seu relatório *Our Common Future* (Nosso futuro comum), também conhecido como Relatório *Brundtland*; Em 1992, o conceito foi definitivamente incorporado como um princípio, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Cúpula da Terra - Eco-92, no Rio de Janeiro. Desta forma, a busca pelo Desenvolvimento Sustentável e o equilíbrio entre proteção ambiental e desenvolvimento econômico serviu como base para a formulação da Agenda 21.

A Agenda 21, foi um plano de ação para ser adotado global, nacional e localmente, por organizações do sistema das Nações Unidas, governos e pela sociedade civil, em todas as áreas em que a ação humana impacta o meio ambiente. Constitui-se na mais abrangente tentativa já realizada de orientar para um novo padrão de desenvolvimento para o século XXI, cujo alicerce é a sinergia da sustentabilidade ambiental, social e econômica. A Agenda 21 apresentou um conjunto de recomendações para orientar cidades, regiões e países no processo de construção do desenvolvimento local sustentável.

Segundo o Relatório Brundtland, o Desenvolvimento Rural Sustentável é aquele que, procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais.

Para Sachs (2005), o Desenvolvimento sustentável deve ser entendido como um dos mais generosos ideais surgidos no século passado, só comparável talvez à bem mais antiga idéia de “justiça social”. Ambos são valores fundamentais de nossa época por exprimirem desejos coletivos enunciados pela humanidade.

Os agricultores utilizaram como estratégias para garantir a sua sobrevivência tipos de agriculturas ditas “alternativas”, entre elas, a Agricultura Natural, a Agricultura Orgânica, a Agricultura Biológica, a Agricultura Biodinâmica, a Permacultura e a Agroecologia. Essas agriculturas passam a ser entendidas como um sistema de atividades humanas, no qual os agricultores se tornam menos dependentes de interesses comerciais dominantes e presentes. Portanto, estas agriculturas passam a ter forte significado de cunho ideológico. Esses tipos de agriculturas citadas anteriormente, são multifuncionais e estão presentes no Território Sul da Zona Sul.

Antes de se falar sobre o Território Sul é preciso fazer uma reflexão acerca da compreensão destes conceitos: Território e Territorialidade. O conceito de Território passa a ser utilizado por vários autores e áreas do conhecimento e vem ampliando as possibilidades do debate. Segundo SAQUET (2007) sobre abordagens e concepções de território: Não há um conceito simples e sim, “O território é um desses conceitos complexos, substantivado por vários elementos, no nível do pensamento e em unidade com o mundo da vida”. Ele mostra as distintas abordagens e concepções do conceito de território e seus principais componentes, a partir dos anos 1950-60, como produto de mudanças que ocorrem na filosofia, em ciências sociais e no *real*, simultânea e reciprocamente. Ele explica que o *pensar* e o *ser* são distintos, mas há uma unidade entre ambos, que é historicamente determinada. A separação entre o pensamento e o *real* ou entre as várias dimensões como é o caso da economia, da política e da cultura é um mero recurso didático. Ele explica que para subsidiar a elaboração de uma abordagem territorial que considere, concomitantemente, as articulações/interações existentes entre as dimensões sociais do território, em unidade entre si e com a natureza exterior do homem, ocorre através de um processo histórico e através da multiescalaridade de dinâmicas territoriais. É preciso segundo ele, compreender os conceitos de território e territorialidade como uma forma coerente para o entendimento dos sujeitos e processos dessas problemáticas socioespaciais. É preciso ter sutileza e habilidades, pois cada sociedade produz seu território (s) e territorialidade (s), a seu modo, em consonância com suas normas, regras, crenças, valores, ritos e mitos, com suas atividades cotidianas. Ele enfatiza que, entender o território apenas como produto de centralidades e autoridades, é uma forma reducionista. Evidenciar que *o que é meu não é teu e o que é teu não é meu* é muito pouco diante da complexidade da construção do território. Diz ainda que, é preciso superar as concepções simplistas que

compreendem os territórios sem sujeitos sociais ou esses sujeitos sem territórios e aprender a complexidade e a unidade do mundo da vida, de maneira (i) material, isto é, as interações *no* e *com* o lugar, objetiva e subjetivamente, sinalizando para a potencialização do processo do desenvolvimento. Para Saquet (2007), o território significa natureza e sociedade; economia, política e cultura; idéia e matéria; identidades e representações; apropriação, dominação e controle; dê-s-continuidades; conexão e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental; terra, formas espaciais e relações de poder; diversidade e unidade. Isso significa a existência de interações no e do processo de territorialização, que envolvem e são envolvidas por processos sociais semelhantes e diferentes, nos mesmos ou distintos momentos e lugares, centradas na conjugação, paradoxal, de dê-s-continuidades, de desigualdades, diferenças e traços comuns. Para ele, os elementos basilares do território, ou seja, as redes de circulação e comunicação, as relações de poder, as contradições e a identidade, interligam-se, fundem-se uma nas outras numa trama relacional (multitemporal e multiescalar) indissociável. Os sujeitos se interagem com a natureza exterior do homem. Na relação espaço versus território, também há reciprocidade, pois entrelaçam, superpõem-se e estão em unidade. Um está no outro.

No Território Sul, o Território pode ser visto como um espaço que sintetiza e materializa num determinado geográfico um processo social, econômico, ecológico e cultural complexo, em interação com outros espaços. Pois como já foi citado acima, (Buarque, 1986) explica que o espaço territorial não se limita a uma simples demarcação geográfica ou político administrativa, traçada de forma mais ou menos arbitrária ou como reflexo de interesses políticos, mas só existe enquanto articulação e relação com outros espaços ou formações socioculturais. Segundo Duncan e Guimarães (2003), o enfoque territorial refere-se a um determinado espaço-não necessariamente contínuo - e a uma determinada concentração de população, onde se examinam as unidades ambientais, os recursos naturais, as atividades econômicas, as infra-estruturas econômicas e social, as relações sociais, os domínios institucionais, e os limites políticos. As atividades econômicas desenvolvidas pela família podem ser diversas tanto agrícolas e não-agrícolas.

Segundo Scheneider (2007), que realizou pesquisas recentes sobre atividades pluriativas no Brasil, nas últimas décadas, que apresentaram rápida evolução em algumas regiões e em contextos específicos sociais. Esta combinação de atividades

agrícolas e não-agrícolas iniciaram como uma forma de complementação de trabalho e renda entre os membros das famílias rurais, que buscavam algum tipo de trabalho em tempo-parcial.

Os agricultores familiares que praticam agriculturas de base ecológica neste território estão organizados e podem servir de referência a outros agricultores convencionais, pois buscam desenvolver atividades voltadas à produção de alimentos de qualidade (livres de agrotóxicos) e buscam valorizar as relações entre as pessoas (respeitando os valores de boa convivência na comunidade) e ainda, conservam o meio ambiente. Proporcionam a produção de alimentos orgânicos e saudáveis, geram renda para as famílias e condições bastante favoráveis à preservação do ambiente.

Histórico da criação e organização do Fórum de Agricultura Familiar

O Território Sul Zona Sul do Estado do RS que é uma região marcada historicamente por um modelo de desenvolvimento excludente, baseado em latifúndios e na monocultura, passaria então, a desempenhar atividades de base ecológica.

Em 1996, foi criado o Fórum de Agricultura Familiar da Região Sul do RS, a partir do interesse das entidades dessa região que vivenciam e trabalham a realidade da agricultura familiar e que desempenham suas atividades voltadas para uma agricultura sustentável. Portanto, faz 20 anos que esse espaço de discussão abarca diferentes entidades e representações, organizações da sociedade civil e dos poderes públicos municipal, estadual e federal, representativas da agricultura familiar, assentamentos de reforma agrária, pesca artesanal, comunidades quilombolas e indígena. Acredita-se que, os agricultores familiares participantes deste FAF, possuam grande potencial para desenvolver além das atividades agrícolas de base ecológica costumeiras, outras atividades não-agrícolas, como o turismo agroecológico.

Dentro deste contexto e fazendo uma análise histórica do surgimento do Fórum de Agricultura Familiar – FAF, pode-se observar que, a Estação Experimental Cascata (Embrapa Clima Temperado) foi um espaço fértil para a criação do Fórum, pois naquela ocasião (1995), a pesquisa voltada para a agricultura familiar começava a ser valorizada e dentro do enfoque sistêmico. Em 2004, este Fórum estabeleceu um acordo com a secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário

(SDT/MDA) um acordo para ser o colegiado de desenvolvimento territorial (CODETER) no Território Sul do RS.

No período de outubro de 2004 a abril de 2008 o Fórum foi um Colegiado de Desenvolvimento Territorial denominado CODETER. Atualmente, o Fórum de Agricultura Familiar da Região Sul do Rio Grande do Sul é um espaço consolidado de discussão, deliberação, construção e implementação de ações e projetos voltados ao fortalecimento do Desenvolvimento Sustentável da Região Sul. Portanto, os agricultores e entidades que participam deste fórum, estão em processo de transição e/ou estão comprometidos com a adoção de práticas agroecológicas, baseadas em princípios epistêmico-metodológicos pouco comuns na agricultura convencional.

Neste Fórum, os agricultores com sistemas de produção de base ecológica possuem espaços rurais potenciais para o desenvolvimento do turismo sustentável na Região Sul.

Os objetivos gerais do FAF são:

- 1) A partir das dificuldades encontradas buscar soluções conjuntas para superar essas dificuldades;
- 2) A partir da realidade local implementar o desenvolvimento sustentável do território e apoiar a implementação de políticas públicas estruturantes;
- 3) Encaminhar as propostas discutidas e aprovadas nas reuniões às instâncias competentes, constituindo-se numa representação política regional reconhecida pelo trabalho desenvolvido.

A área de Abrangência do FAF:

São os 24 Municípios que fazem parte do Território Sul e participantes do Fórum: Aceguá, Arroio do Padre, Arroio Grande, Candiota, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Chuí, Cristal, Herval, Hulha Negra, Jaguarão, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santana da Boa Vista, Santa Vitória do Palmar, São José do Norte, São Lourenço do Sul e Turuçu. Estes municípios ocupam uma área de 39,9 mil quilômetros quadrados, com uma população a cerca de 870.054 habitantes, sendo que, são 122.774 (14,11% do total) de habitantes na área rural, sendo que, 32.942 são agricultores Familiares e 3.697 famílias assentadas.

A partir da organização do FAF, a Zona Sul do estado do RS foi contemplada com o Programa do Governo Federal, denominado Território da Cidadania cujo objetivo foi levar cidadania, melhorar a renda e a qualidade de vida. Esta organização facilitou às ações do Território da Cidadania de forma a estimular as ações e programas de desenvolvimento regional.

A dinâmica de trabalho do Fórum de Agricultura Familiar

Este fórum realiza reuniões, seminários e oficinas que estrategicamente acontecem na sede da Estação Experimental Cascata da Embrapa Clima Temperado. Com a participação ativa dos atores sociais e o envolvimento efetivo dos municípios da região Sul, se faz reflexões críticas sobre a realidade, com autonomia e protagonismo das organizações. As reuniões ocorrem todas segundas terça-feiras de cada mês. As metodologias utilizadas são participativas. Este processo participativo assemelha-se ao definido por Buarque (1997), pois conta com o conhecimento técnico e político de decisão compartilhada e concensuada sobre as ações necessárias ao desenvolvimento Territorial, que assegura o envolvimento efetivo dos diversos atores sociais e na definição de prioridades.

Essas ações são dialógicas pois o *saber dos agricultores* em simbiose com o *saber dos técnicos*, tem conduzido a um processo transformador e ao *empoderamento* das pessoas, organizações e comunidades. Tem ainda, fortalecido as capacidades humanas e os laços de identidade territorial, o controle social sobre os rumos do processo de desenvolvimento sustentável.

Os temas e proposições discutidos nas reuniões são registrados em ata. Possui uma coordenação eleita em plenária, para o exercício de dois anos de mandato sendo composta por um representante das organizações públicas, uma das organizações não-governamentais, um representante dos agricultores familiares, um dos representantes dos assentados da reforma agrária, um dos representantes dos quilombolas, um representante dos pescadores artesanais e uma representante das mulheres.

Participação

Todos os atores sociais interessados e comprometidos com o debate acerca do desenvolvimento sustentável da agricultura participam deste Fórum (representações, associações, cooperativas dos agricultores familiares, prefeituras, movimentos sociais,

sindicatos rurais, dirigentes de organizações governamentais e não-governamentais, estudantes, representantes de empresas de pesquisa, técnicos da extensão e ensino) estando aberto à participação de outros interessados.

A Embrapa Clima Temperado disponibiliza toda a infra-estrutura (física e humana) para viabilizar as reuniões com o objetivo de animar os processos de concertação, rumo ao desenvolvimento Sustentável. Dentre as entidades que fazem parte deste Fórum, desde a sua fundação destaca-se a Embrapa Clima Temperado, a Emater – RS, o CAPA - Centro de Apoio a Promoção da Agroecologia, a Universidade Federal de Pelotas, a Fundação Universidade Federal de Rio Grande - FURG e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS que, realizam palestras, cursos e projetos para os agricultores. A Embrapa Clima Temperado e o CAPA são as entidades que, articulam as entidades em rede, promovem e divulgam às atividades do Fórum.

A tomada de decisão dos agricultores deste território Sul com o apoio de organizações governamentais e não-governamentais na criação do Fórum de Agricultura Familiar proporcionou que, os agricultores praticassem com maior ênfase a agricultura de base ecológica.

Principais temas tratados neste fórum durante o período de 2006 a 2014 foram:

- Apresentação de projetos territoriais (apoio à produção, à infra-estrutura, à cidadania, à saúde e direitos);
- Apresentação de projetos das entidades e seus resultados;
- Apresentação de programas de desenvolvimento rural sustentável;
- Articulação de Políticas Públicas;
- Construção de planos estratégicos de caráter Territorial;
- Dinamização Econômica no Território;
- Transição Agroecológica;
- Sistemas de Produção Orgânica;
- Crédito;
- As novas tecnologias lançadas pela Embrapa;
- Consumo e comercialização;
- Fortalecimento de Redes Sociais de cooperação;

- Gestão social nas organizações: Associativismo e Cooperativismo.

Estes temas e outros, ainda precisam ser melhor aprofundados pois não se trata de uma ação temporal e estanque, e sim, de um processo dinâmico e de uma construção coletiva. Todos os atores sociais interessados e comprometidos com o debate acerca do desenvolvimento sustentável da agricultura.

Os principais temas de pauta das reuniões são elencados pela plenária, geralmente tratam de assuntos relacionados a agroecologia, sistema de produção de base ecológica, consumo, comercialização e desenvolvimento sustentável.

Segundo o Marco Referencial de Agroecologia da Embrapa (2006), a denominação de Agricultura Ecológica surgiu como forma de traduzir a variedade de manifestações do que vinha sendo tratado como Agriculturas Alternativas, entre elas, a Agricultura Natural, a Agricultura Orgânica, a Agricultura Biológica, a Agricultura Biodinâmica, a Permacultura entre outras.

As populações de maneira geral querem usufruir e participar de ambientes preservados ecologicamente para o lazer e vivenciar sistemas de produção agrícolas voltados para os princípios ecológicos. Nestes sistemas de produção de base ecológica são desenvolvidas inúmeras atividades, dentre elas, destaca-se:

- A produção de alimentos de qualidade com o objetivo do auto-sustento e da segurança alimentar;
- A produção de matérias-primas (madeira e fibras) limpas e livres de agrotóxicos.
- Manejo dos recursos naturais de forma racional e ecológica sem degradar e contaminar o meio ambiente.
- A produção diversificada e utilização de técnicas de manejo de conservação e recuperação do solo através da adubação verde, pó de rochas, biofertilizantes e rotação de culturas.
- Produzem sementes e mudas melhoradas (por eles e pela pesquisa pública).
- Fazem o controle biológico e natural de insetos, doenças e ervas concorrentes.
- Muitos desses agricultores de base ecológica são os guardiões de sementes crioulas.

Além desses, o sistema de produção da agricultura familiar em base ecológica busca utilizar os insumos internos à propriedade que diminuem os custos de produção, tais como, a prática de rotação de culturas, plantios consorciados, uso e produção de sementes próprias, uso de adubos orgânicos e produção da própria energia. Nesse sentido, deve-se estimular o aproveitamento das potencialidades locais, nessas comunidades e municípios, planejando de forma organizada esses espaços, algumas atividades turísticas poderão gerar novas oportunidades e desafios aos agricultores.

Completamente diferente do agronegócio urbano, os agricultores de base ecológica aplicam um conjunto de conhecimentos e técnicas voltadas para a produção de alimentos de qualidade (grãos, frutas, carnes, etc) e produção de matérias primas limpas e livres de agrotóxicos. Portanto, este território rural se constitui num espaço potencial para o desenvolvimento do turismo rural sustentável, mas é preciso que outros produtos turísticos estejam qualificados antes de serem oferecidos. Os agricultores não precisam realizar grandes alterações no seu ambiente sócio-cultural, devem valorizar o próprio estilo de vida simples e hospitaleiro, preservar conhecimentos e saberes (utilizar práticas de manejo), mantendo a biodiversidade da cultura local. Desta maneira, os turistas interessados em temas voltados para a produção orgânica, a ecologia e a sustentabilidade buscarão encontrar neste tipo de atividade a tranquilidade, novas experiências e um investimento que caiba no orçamento dos agricultores.

O marco conceitual e metodológico que deverá ser utilizado pelo técnico, deve contemplar a Teoria de Sistema, ou seja, buscar entender a propriedade como um todo, de forma dinâmica, e as relações que se estabelecem entre si (físicas, químicas e biológicas) para que se possa assegurar um desenvolvimento Territorial Sustentável.

Para que se tenha êxito no propósito da consolidação do desenvolvimento Sustentável é preciso que se faça uma abordagem territorial que combine a proximidade social, que favoreça a solidariedade e a cooperação, com a diversidade de atores.

É preciso realizar um diagnóstico de cada propriedade que se pretende desenvolver atividades de turismo. A partir do diagnóstico e da tomada de decisão dos agricultores em optarem por realizar atividades de turismo, ou seja, se vão abrir a propriedade para receber visitas para passar o dia, visando apresentar como funciona o sistema de produção de base ecológica ou se, oferecerão hospedagem aos visitantes.

Após a tomada de decisão, é preciso fazer um plano de negócios, pois a agricultura familiar precisa ser analisada e planejada dentro de um contexto maior (comunidade, região, país, continente e planeta).

Turismo ecológico como alternativa de renda para o agricultor familiar

Dentre os produtos turísticos atrativos a serem apropriados e qualificados pelos agricultores e sua família, é preciso atender com excelência os turistas, recomenda-se que, a unidade produtiva busque diversificar a matriz produtiva, agregando valor aos seus produtos e serviços e qualificando a acolhida, a gastronomia, o cuidado com a habitação e os arredores (paisagem local), identificando as atrações do local, destinando um local adequado para a hospedagem dos visitantes, articulando com seus vizinhos e serviços turísticos disponíveis próximos da propriedade, assim como com os serviços de transporte.

Acredita-se que, o visitante que se propõem a conhecer a agricultura de base ecológica, quer participar do convívio simples com o homem do campo, e ainda, realizar atividades na propriedade (participar da rotina, do dia-a-dia da família agricultora), ou seja, tem interesses de como são realizadas todas as atividades na unidade familiar: a ordenha, o trato com animais, a colheita de frutas e legumes (colhe e pague), a produção de hortaliças, participação na produção de doces, queijos, salames e vinho, o artesanato e saber como e aonde são destinados os descartes na propriedade.

O visitante procura um destino turístico rural e espera encontrar ambientes simples, rústicos, mas que estejam limpos e organizados. O contato com a natureza é fundamental para o visitante.

Os agricultores de base ecológica precisam dar maior visibilidade a esse sistema de produção, pois, este tipo de produção natural é um atrativo turístico, considerado fundamental no aspecto da produção, da cultura, da gastronomia e da filosofia de vida das famílias.

Os possíveis visitantes, esperam serem acolhidos pessoalmente pelo agricultor e sua família, e esse atendimento deve ser hospitaleiro e aconchegante. Para isto, o agricultor deverá envolver todos os membros de sua família. Ele precisa sentir-se como se estivessem em sua própria casa. Todas as refeições que serão servidas ao visitante deverão ser em companhia da família que os receberam. O agricultor familiar deve

apresentar todas as atividades que são desempenhadas na propriedade e colocar à disposição para ser acompanhado pelo visitante. Outro aspecto fundamental que deverá ser a preocupação principal da família que pretende acolher o visitante, é a questão da higiene pessoal e da habitação, para que o visitante se sinta bem em um ambiente agradavelmente limpo.

Os interessados em desenvolver atividades de turismo rural ligados à agricultura de base ecológica a partir da sua organização, devem demandar através do Fórum de Agricultura Familiar, a realização de um diagnóstico dos recursos existentes nas propriedades e no entorno, junto aos seus agentes de extensão rural, para que possam auxiliá-los na identificação e caracterização, de acordo com a capacidade instalada de cada um. Dentre os elementos que devem ser inventariados, ressalta-se os elementos históricos – sócio - culturais, a flora existente (conjunto de vegetação), a fauna (conjunto de animais), o clima (calor, frio, ventos, etc), a morfologia do terreno e a hidrografia (riquezas naturais como grutas, cachoeiras, montanhas, rios, lagos, riachos, cachoeiras etc), as habilidades dos proprietários da unidade produtiva (gastronômicas e artesanais, etc).

O agricultor familiar só deverá abrir sua unidade familiar para visitação quando se sentir seguro em termos de práticas de manejos corretas e certos de que o visitante irá encontrar uma paisagem agradável, um clima diferenciado do ambiente urbano e que seja bem acolhido pelas pessoas que habitam no lugar.

O assistente técnico da extensão rural oficial poderá auxiliar os agricultores familiares a realizarem um planejamento participativo sobre o turismo buscando maximizar os impactos positivos e minimizar os negativos, através da capacitação dos interessados. Pois a atividade de turismo é uma alternativa de trabalho e renda para muitos agricultores.

A organização dos agricultores que pretendem desenvolver a atividade turística na comunidade, possibilitará a criação de rotas de visitação das diferentes agriculturas que desenvolvem podendo receber grupos de visitantes (agricultores, técnicos, estudantes e universidades interessados em demonstrar na prática a orientação teórica ministrada). Os diversos tipos de agricultura que vem sendo desenvolvidas possibilitam a família agricultora diversificar a atividade e renda.

Contemplar ações estabelecendo ordem de prioridades para a realização de melhorias é fundamental, quais sejam, a organização de um roteiro que contemple alguns dos agricultores (cada um com um atrativo diferenciado em termos de produtos e serviços a serem oferecidos), os visitantes precisam de facilidade do acesso à propriedade familiar, estradas seguras e bem sinalizadas, mapas do local, o visual da propriedade deverá ser agradável aos olhos de quem chega, a alimentação a ser disponibilizada aos visitantes deve ser bem diversificada e saudável, de boa aparência e de boa qualidade, a louça que será oferecida aos visitantes com boa aparência, a roupa de cama, mesa e banho com muita higiene, o saneamento da propriedade deve estar de acordo com as normas da vigilância sanitária, o agricultor deve primar pelo excelente relacionamento interpessoal entre os membros da família, e deles com os visitantes.

A cultura local deve ser resgatada através dos bens materiais (estruturas físicas) e imateriais (a origem étnica da família, sua história, seus hábitos e costumes, sua religiosidade, além da preservação da gastronomia local, agregação de valor a atividades campeiras). Pressupõem-se que, os visitantes percebem que o turismo rural é uma atividade atrativa que resgata a qualidade dos alimentos, o saudável manejo da agricultura, o contato com a natureza, proporciona a possibilidade de apreensão sobre novas práticas de manejo.

Para o agricultor familiar, a atividade rural, associada ao turismo significa um aumento da auto-estima, incremento de renda mensal, valorização da propriedade e permite que a filosofia de vida voltada para a preservação ambiental, seja disseminada. Aqueles agricultores que residem em áreas rurais produtivas com potencial turístico devem fazer um estudo detalhado para o investimento nesta atividade. Mas, é preciso que as famílias estejam dispostas a acolher e compartilhar o seu meio com os visitantes.

O meio rural precisa estar preparado para o fluxo de visitantes, cujos benefícios para o produtor e para a comunidade local são inúmeros, mas o intenso fluxo pode, portanto, causar impactos negativos que precisam ser analisados antes da exploração da atividade.

O turismo de agricultura ecológica precisa estar associado ao agroturismo, ao turismo de aventura, ao turismo Cultural, ao turismo Equestre; ao turismo Histórico, ao turismo Esportivo, ao turismo de Aventura, Ecoturismo, Gastronomia e hotéis fazenda.

Acredita-se que, dentro das vantagens de se optar por estimular o comportamento empreendedor dos agricultores possa se estimular também, a melhoria da qualidade de vida dessas comunidades, fixar o homem no meio rural, gerar e diversificar a renda da família, valorizar a gastronomia local e a produção de alimentos saudáveis, produzir um efeito multiplicador de interessados em praticar esse tipo de agricultura pois sentir-se – ão atraídos pela possibilidade da geração e o aumento de renda da Unidade Produtiva. Além do que, possibilita a preservação do patrimônio natural e cultural.

A prática da atividade do turismo gera ainda, melhorias na infra-estrutura básica nas comunidades locais (água, luz, esgoto, telefonia, estrada e outros) e assim como, a produção e os circuitos curtos de comercialização da agroindústria e do artesanato.

Traz um aumento no nível da formação e educação dos agricultores familiares pois gera a aquisição de novos conhecimentos, não só melhorando o nível de serviços como amplia o benefício de desenvolvimento no meio rural.

Desenvolve o espírito de empreendedorismo, de participação e parceria.

A organização de um produto do turismo rural necessita fundamentalmente de um atendimento familiar;

A harmonia e sustentabilidade ambiental;

A autenticidade de identidade;

A qualidade do produto;

O envolvimento da comunidade local.

A preservação da história e das raízes culturais.

Procedimentos importantes relacionados com o empreendimento de turismo Agroecológico:

Primar pela higiene no processamento dos alimentos;

Saneamento básico;

Cuidados com animais nocivos ao homem.

O produto turístico deverá seguir a vocação natural do local ou da região, pois uma das principais características do produto turístico é a sua autenticidade e naturalidade.

Outros atrativos importantes para a formação do produto rural:

1) A paisagem é o lugar no meio rural que poderá garantir a diversidade de atrativos (flora e fauna). O turista procura ambientes (paisagens) pouco alterados. Aspectos como topografia, clima ou as modificações ocorridas de acordo com as estações do ano, podem ser exploradas na atividade turística.

2) As atividades do cotidiano agropecuário da propriedade são consideradas o foco do turismo rural: Por exemplo, a ordenha; a marcação do gado; a tosquia; o banho dos animais; a colheita; o plantio; o manejo da horta; o preparo de caldas, a agricultura alternativa; o artesanato, a fabricação de queijos e doces; a produção da lingüiça; o preparo de pães, bolos,ucas e biscoitos; a elaboração de bebidas (como por exemplo: o vinho, a cerveja e a cachaça); a criação de abelhas, aves e outros animais, etc.

Algumas atividades recreativas que poderão ser desenvolvidas:

A pescaria (pescue e pague);

Os passeios a cavalo, de charrete, a pé em trilhas;

Os banhos de açude e cachoeira;

A observação de pássaros;

As visitas aos pontos turísticos da região;

Soltar pandorgas;

Fotografias;

Cursos de artesanato;

Culinária típica da localidade, da etnia de origem da família e a gastronomia regional e, Cicloturismo.

O Cicloturismo já vem sendo desenvolvido neste Território, em parceria público-privada em estabelecimentos familiares que praticam a agroecologia. Conforme o relato de um dos organizadores, essa prática, valoriza a cultura local e possibilita que o público urbano tenha maior interação com os agricultores que praticam a agroecologia além do que vem gerando renda aos agricultores. Segundo CARDOSO et. al. (2015):

O cicloturismo rural com foco na visitaçã o em estabelecimentos familiares que praticam agroecologia representa um grande potencial de atração de um perfil de turista interessado num modo de vida diferenciado, caracterizado pela simplicidade e contato com a natureza como parte da experiência turística. Ainda chama-se a atenção para as condições existentes para que este

processo de agroturismo pudesse emergir, com destaque para os agricultores que tem estado à frente do processo de produção e comercialização agroecológica de alimentos, assim como aos ciclistas e grupos de ciclistas que em sua opção por um meio de transporte mais sustentável demonstraram as instituições organizadoras a força desta ideia que se viabilizou graças à parceria público-privada, que tem equacionado alguns gargalos que impediriam a realização das experiências, com destaque para o apoio logístico que aproxima ciclistas das comunidades rurais. Por último, faz-se referência que os eventos de cicloturismo rural agroecológico da Serra dos Tapes, RS, possui uma programação de dez eventos para 2015 e que já foram realizadas quatro atividades, o que aponta para a consolidação deste projeto como uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável.

Considerações finais

O Fórum de Agricultura Familiar e sua dinâmica de funcionamento, tem servido de fonte inspiradora para que outros centros da Embrapa e outras organizações de apoio à Agricultura Familiar. Neste sentido, tem servido de modelo para a implementação de ações de desenvolvimento local e regional em benefício das comunidades rurais carentes e necessitadas de auxílios públicos. No Território Sul, muitas foram as ações desenvolvidas neste sentido, gerando o crescimento e o desenvolvimento de grupos sociais mais desfavorecidos como os assentados da reforma agrária, pescadores artesanais, quilombolas e agricultores familiares em situação de vulnerabilidade social e econômica. Por meio das ações do Fórum, muitas famílias puderam melhorar e aumentar a produção agrícola, gerando renda, oportunidades, viabilizando a unidade de produção familiar e a manutenção da família no meio rural.

O turismo agroecológico também é um atrativo importante para a reprodução e fixação das famílias no meio rural, mas necessita maior participação, mobilização e organização dos envolvidos nas comunidades locais. A valorização e a conscientização sobre este tipo de agricultura e sua importância, requer um dinamismo das atividades no espaço rural (atividades pluriativas e multifuncionais) tanto educacionais, culturais, ambientais, econômicas e políticas, se constituindo numa fonte alternativa de preservação da biodiversidade. Este tipo de agricultura é socialmente correta e viável, na luta contra as desigualdades do campo e no almejado desenvolvimento sustentável.

Bibliografia:

BUARQUE, Sérgio C. Ciência Tecnologia e Desenvolvimento Regional. In: Cadernos de Ciências Sociais – Editora Massangana, Recife, Vol.2. Nº2.Jul/Dez., 1986.

CAPA - Centro de apoio ao Pequeno Agricultor, A cultura da cooperação na agricultura familiar / textos de Ellemar Wojahn e Ernesto Martinez. – Pelotas: Centro de apoio ao Pequeno Agricultor, 2008. 44 p.il.;14,8x21cm.

CARDOSO, J. H.; KARAM, L. de M.; SGARBI, J. S. Agroecologia e cicloturismo rural: vetores para a sustentabilidade territorial. In: QUADROS, J.; SANTOS, P. A. dos. "Diálogos interdisciplinares em desenvolvimento territorial sustentável. Políticas, ecologias e saberes". Simpósio Brasileiro de Desenvolvimento Territorial, I. Anais.... Matinhos, PR: UFPR Litoral, 2015. p. 232-237. Disponível em: http://www.ppgdts.ufpr.br/?page_id=558

SACCO DOS ANJOS, F. e CALDAS, N.V. Pluriatividade e Ruralidade: Falsas Premissas e Falsos Dilemas, In: CAMPANHOLA, C. e GRAZIANO DA SILVA, J. (eds) O Novo Rural Brasileiro: Novas ruralidades e urbanização, v. 7. Brasília: Embrapa, 2004, p. 71-105.

SAQUET, M. A., Abordagens e concepções de território, 1ª. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 200p.: iL.

SAQUET, M. A., Geografia *da e para* a cooperação ao desenvolvimento territorial: Experiências brasileiras e italianas, 1ª. Ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012. 416p.

Schneider, S. Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: editora Universidade/UFRGS, 1999a, 205 p.

SENAR, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - PR. Administração Regional do Estado do Paraná. Trabalhador em Turismo Rural: roteiros, trilhas e caminhadas ecológicas/Serviço Nacional de aprendizagem Rural, Administração Regional do Estado do Paraná. – Curitiba: SENAR-PR, 2003, 83p.; il.